



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2011

(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer o envio de requerimento de informações por escrito ao Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, para fornecimento dos dados que especifica.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Carlos Lupi, **Ministro de Estado do Trabalho e Emprego**, com o intuito de obter do órgão dirigido pela referida autoridade as seguintes informações:

a) identificação de entidades sindicais beneficiárias de contribuições sindicais compulsórias vertidas por servidores públicos e dos valores por elas anualmente percebidos;

b) montante total de contribuições sindicais compulsórias vertidas anualmente por trabalhadores da iniciativa privada;

c) discriminação das entidades sindicais de nível confederativo representativas de servidores públicos registradas no Ministério do Trabalho e Emprego;

d) relação de processos de registro sindical pendentes ou indeferidos apresentados por entidades de nível confederativo representativas



Câmara dos Deputados

de servidores públicos, com a identificação dos motivos que justificam a postergação dos respectivos registros ou o indeferimento de cada pedido.

JUSTIFICAÇÃO

Chegou ao conhecimento desta Liderança uma estranha movimentação, levada a efeito no âmbito da pasta destinatária do presente requerimento. Segundo consta, o órgão teria concedido uma certidão a uma entidade sindical de nível confederativo, com pouca ou nenhuma representatividade prática, mas à qual, a despeito disso, o Ministério atribuiu o poder de falar em nome de absolutamente todos os servidores públicos deste país.

Com base no referido documento, a entidade teria, ainda segundo as informações obtidas a respeito, publicado edital em que intima a totalidade dos órgãos públicos brasileiros a descontarem contribuições sindicais compulsórias em seu favor. Ao que consta, o suposto “direito” já teria sido reconhecido administrativamente por algumas unidades da federação e em juízo por outras.

Tendo em vista a gravidade dessas acusações, pede-se à douta Mesa que dê rápido encaminhamento à presente iniciativa, para que possam ser adotadas as medidas fiscalizatórias pertinentes por parte desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em de outubro de 2011.

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR